

N.º: Gp161-X
Proc.º: 30.06.03.02
35.02.03
35.02.04
35.02.05
Data: 21.03.2013

Assunto: Plano e Orçamento 2013 e OMP 2013-2016 – Turismo e Transportes

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e Membros do Governo Regional**

Página 27 do Plano para 2013 e página 74 das Orientações Médio Prazo: “A aposta na qualidade das estruturas e serviços da indústria do turismo, resultado da conjugação do investimento público realizado, com a capacidade empreendedora dos açorianos, revelou-se um sucesso”.

Outras páginas, porém, as dos jornais e do Serviço Regional de Estatística, contrariam este otimismo! Nos últimos anos, encerraram unidades hoteleiras em várias ilhas; há anos que as dormidas decrescem (só em 2012, a redução foi de 7,5%). Decresceu também a duração média da estadia. Nos proveitos, só neste último ano, as descidas nos vários indicadores foram cerca de 10%.

O rendimento médio por quarto nos Açores fica-se nos 76% do nacional e está ao valor mais baixo desde 2007. Portanto, desde 2007, antes da crise oficial, que os números do turismo demonstram uma queda não só nas dormidas, mas também no número de passageiros desembarcados, sobretudo do tráfego territorial e internacional.

O turismo nos Açores atravessa efetivamente um mau momento, fruto de más políticas que falham ao nível do desenvolvimento harmonioso e equilibrado

das ilhas dos Açores. Aliás, a falta de coesão é visível nas receitas, pois só uma ilha explica 64% das receitas e 3 ilhas contabilizam 89% das mesmas.

É verdade que a conjuntura nacional e internacional penaliza o turismo nos Açores, como aliás penaliza todas as atividades económicas. Sem dúvida! Porém, o problema do turismo nos Açores tem origem em questões estruturais e não apenas, meramente ou até principalmente conjunturais.

As opções políticas dos últimos 16 anos, atabalhoadas, dirigidas por ATA's, ART's, ORT's, direções regionais, delegações de turismo, POTRAA's e um sem fim de instrumentos... resultaram numa pulverização da responsabilidade de decisão com consequências nefastas e numa mistura incoerente, que baralha e prejudica a aposta no turismo.

Constroem-se e apoiam-se hotéis de 4 e 5 estrelas, mas os *tour operators* trazem clientes de segmentos de 3 estrelas. Afirma-se que se quer aumentar as receitas por quarto, mas insiste-se em soluções contrárias, como os cais de cruzeiros, que só retiram dormidas aos hotéis.

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

A política de transportes aéreos, pilar essencial do crescimento económico e do turismo na Região, revela-se a maior omissão e o maior entrave a esses objetivos, por força de erros políticos.

A política de ligações aéreas nos Açores precisa de dar resposta a três pilares: Primeiro, garantir acessibilidades inter-ilhas, de forma consistente e regular a preços baixos (pois não existem alternativas);

Em segundo lugar, garantir o acesso ao exterior em condições de igualdade, através de tarifas únicas ao exterior, independentemente da ilha onde residam; Em terceiro lugar, garantir que o custo de transporte não seja um entrave à criação de pacotes turísticos competitivos, adequados à falta de notoriedade que os Açores ainda têm.

Apenas por manifesta falta de vontade política do Governo Regional os Açores não têm um programa que permita baixar o preço das tarifas aéreas. O CDS-PP tem proposto várias medidas, como as tarifas promocionais ou a eliminação da taxa de combustível, que visam atenuar a falta de uma política coerente de redução dos tarifários.

As ligações inter-ilhas não são um luxo; são a única forma viável de quebrar o isolamento e transportar pessoas e mercadorias entre ilhas.

É, por isso, que temos combatido a concentração da frota da SATA Air Açores numa só ilha, mas se ainda restassem dúvidas, o que se passou nas últimas semanas, devido ao mau tempo nalgumas ilhas, veio demonstrar a falácia da valorização da eficiência acima da eficácia.

As ligações ao exterior também têm sido marcadas por um conjunto de disparidades, barbaridades aliás, concretizadas pela SATA Internacional, empresa de capitais exclusivamente públicos e regionais: não é aceitável que um português residente em qualquer outra ilha dos Açores pague mais para ir a qualquer destino que um micalense.

As viagens às comunidades emigradas dos EUA e Canadá custavam mais 225 euros aos residentes fora de S. Miguel, aos quais se acresce o valor da dormida, quando necessária, e as vergonhosas taxas cobradas pela diferença da franquia de bagagem.

Existem inúmeras maneiras de minimizar isto ou corrigir esta discriminação... A solução não está sequer nas obrigações de serviço público. Está na determinação política do Governo Regional!

**De que serve uma companhia aérea, pública e regional, se o Governo Regional se diz dependente do serviço público definido com o Governo da República?
Ao abrigo do serviço público, qualquer transportadora serve!**

A SATA não precisa de esperar por obrigações de serviço público: pode e deve fazer o serviço público que o seu único acionista mandar; pode e deve apoiar o turismo nos Açores, conforme o acionista mandar; pode e deve ser parte das decisões estratégicas, quando o mercado não consegue, não sabe ou não quer corresponder. Essa deve ser a vocação estratégica da SATA: servir os Açorianos e não servir-se dos Açorianos!

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Em 16 anos, o PS não conseguiu ter ideias novas. Por exemplo, poderia e deveria ter aproveitado para pedir a isenção de taxa nas viagens entre Açores e Continente Europeu e vice versa, de qualquer companhia aérea que cá tocasse, em escala técnica ou para embarcar ou desembarcar pelo menos 10% da capacidade de passageiros. Essa medida ajudaria a dinamizar as ligações aéreas, o turismo e traria benefícios a nível de receitas.

Foi mais uma oportunidade de negócio perdida!

As políticas podem e devem ser modificadas e adaptadas aos novos tempos, mas não é seguramente com este Plano e Orçamento que tal será possível e exequível, pois nem sequer há uma aposta no turismo interno.

Estamos perante mais do mesmo nas políticas de turismo de transportes nos Açores, cujos maus resultados estão bem à vista.

O Deputado Regional

Nuno Melo Alves